

Energia e pobreza energética

Arlene Renk*

Beatriz de Quadros**

FURTADO, Fabrina. **Energia renovável em comunidades no Brasil: conflitos e resistências**. 1 ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021, 100p.

Fabrina Furtado, autora do escrito, é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFFRJ. Trabalha com temáticas voltadas aos conflitos ambientais decorrentes de megaprojetos de desenvolvimento, capitalização corporativa da questão ambiental e feminismos. Já atuou em diversas Redes, colabora com instituições e movimentos sociais em projetos de extensão, bem como em atividades de pesquisa e formação.

O livro, em formato de e-book, é publicado pela Fundação Rosa de Luxemburgo (FRL), no Brasil, com apoio dos Fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) e constitui-se de quatro capítulos, ilustrados por Dedê Paiva. É resultado de pesquisa realizada pela FRL, nos anos de 2018 a 2019, com experiências comunitárias e anticapitalistas de energia renovável no Brasil e América Latina. Procurou identificar e difundir aquelas de caráter coletivo, considerando sua autonomia e auto-organização; e o quanto serviu para fortalecimentos dos territórios e espaços comunitários.

A publicação delimitou-se ao caso brasileiro¹. Seu título é o mote condutor para o encadeamento dos capítulos privilegiando as comunidades, ou seja, o que a autora nomina por âmbito local, as relações de poder contra hegemônicas, e espaço de fortalecimento passando pelas forças locais. Esses foram os espaços buscados para o fortalecimento das experiências coletivas tendo em vista a justiça ambiental e energética, das

estratégias emancipatórias, fazendo a defesa da democracia e de direitos políticos e sociais. Paralelamente são construídas críticas a modelos extrativistas, de mercantilização da natureza e da vida.

Várias foram as estratégias utilizadas pela autora para a boa leitura e apreensão do conteúdo pelo público, tais como o uso de verbetes, mapas, ilustrações que, longe de eventualmente sugerir infantilização, indicam o respeito para com o público [heterogêneo] que não dispõe da mesma capacidade de apreender e interpretar. É louvável a preocupação da inserção de verbetes para elucidar termos que, eventualmente, não sejam de domínio público, cabe esclarecê-los e acedê-los ao contexto.

Segundo a autora, o livro situa-se na crise civilizatória, razão pela qual aborda as dimensões econômica, social, ambiental, política e cultural. O nosso modelo de civilização e de relação com a natureza é questionado por movimentos sociais, organizações. O tema das energias renováveis é um dos mais candentes da atualidade, principalmente porque ao ser desvelado observamos muitas vezes que se esconde sob a financeirização da natureza, aos deslocamentos compulsórios e os desastres naturais ou construídos.

Nas páginas iniciais são construídos os argumentos das mudanças climáticas, que alguns renitentes insistem em negar, apontando suas consequências com os danos causados aos bens comuns. A esses bens comuns expropriados une-se os valores e lógicas antiambientais bem como a financeirização da natureza, a apropriação dos recursos para gerar bens ao mercado em detrimento

* Doutora em Antropologia. Professora da Unochapecó. E-mail: arlene@unochapeco.edu.br.

** Graduanda em Direito. Unochapecó. E-mail: beatrizdequadros@gmail.com.

das comunidades. Segundo Furtado, “a lógica de construir, comprar, indenizar” é um dos exemplos mais cristalinos da financeirização da natureza que, infelizmente, tem sido relativizada ao ser empregada rotineiramente em nome do desenvolvimento.

Outro aspecto que é merecedor de destaque é o da desmistificação da “sacralidade” da categoria renovável, lembrando que as nominadas energias renováveis também podem causar problemas. Para exemplificação traz os exemplos de hidrelétricas e os parques eólicos, que ocasionaram deslocamento populacional, dentre outros, em todo o mundo. É bom lembrar que a Comissão Mundial de Barragens (2000) quando se reuniu estimou entre 40 milhões a 80 milhões o número de deslocados compulsoriamente por hidrelétricas no mundo. E, como bem afirma: “precisamos disputar os discursos e as políticas em torno do que é energia e do que é renovável.” (FURTADO, 2021, p.17). Isso abre um gancho para entender que energia no Brasil rima com expropriação, desigualdades e conflitos, por não respeitar a democracia ambiental e os projetos renováveis, no sentido adequado do termo, isto é,

Esse tipo de projeto [renovável] está em sintonia com a perspectiva de soberania, justiça e democracia ambiental e energética, em que energia é um direito, atrelado ao benefício coletivo, e produzida de forma justa; além de interagir e dialogar com outras frentes de luta, como a soberania alimentar e tecnológica. (FURTADO, 2021, p. 85).

A autora menciona a CPFL Renováveis como empresa que criou em 2019 uma empresa com projetos que utilizam quatro fontes: eólica, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), termelétricas movidas a cana-de-açúcar e solar. No entanto, deixou de mencionar que o controle acionário do Grupo CPFL². O setor produtivo mune-se de cauções para assegurar-se no controle de seus negócios, como é o caso do Certificado de Energia Renovável (CER). No Brasil, o Instituto Totum intermediava a expedição do selo internacional. Para aqueles que participam do mercado, a certificação é instrumento considerado valioso.

As diferentes fontes de energia são abordadas sob o enfoque da produção, distribuição e consumo e das desigualdades nelas contidas. Há mapas,

quadros ilustrativos, da oferta de energia e dados comparativos com outros países que respaldam os argumentos. Nos casos brasileiros e latino-americanos de apropriação dos bens comuns para geração de energia é comum ocorrer por meio de grilagens de terras, da produção de commodities, do neoextrativismo que grassa pelo mercado agropastoril. Esses projetos geram passivos ambientais, sociais e trabalhistas. Com as hidrelétricas ocorre o mesmo, considerável GW destina-se ao setor eletrointensivo e muitos destes são os sócios acionários dos empreendimentos.

Dois aspectos são vitais no livro, o da geração de energia a partir de experiências comunitárias, a partir das experiências selecionadas, como foi falado acima e o da Injustiça Energética. Dentre as experiências comunitárias democráticas, participativas, horizontais foram selecionadas duas gerenciadas por mulheres, da Padaria Solar da Associação de Mulheres Bolo da Oliveira, na Paraíba e Comitê de Energia Renovável (Cersa), ocasião em que discute a questão energética, as alternativas comunitárias, o processo de gestão, o empoderamento das mulheres e saídas contra hegemônicas. Ao lado destas está o Projeto do Alto Uruguai, capitaneado pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens e demais entidades de âmbito nacional e regional. Tem abrangência regional na proposição de biodigestores.

Se há experiências comunitárias exitosas, foi lembrado também que no Brasil o acesso à energia não é um direito assegurado pela constituição, a exemplo de outros direitos. O que se verifica é uma pobreza energética, na distribuição, no acesso aos serviços e na obrigatoriedade ao pagamento dos serviços. Esses aspectos e outros fazem parte da Injustiça Energética. São mencionados exemplos como os casos da população da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns que não dispõem de acesso à energia. O trágico é que a Resex se situa próxima às Hidrelétricas de Tucuruí e de Belo Monte, obras de grande envergadura na produção de energia. De outro lado, o estado do Pará, grande gerador de energia e tem a tarifa mais cara do país. Nos mapas e quadros apresentados fica evidente que o déficit energético maior se concentra no Nordeste e na Amazônia. Um dos aspectos mais candentes do livro é o da apropriação desigual da produção e consumo

da energia. Num país que investiu na construção de hidrelétricas de grande porte, segundo os dados do IBGE, em 2000, havia em torno de 10 milhões de habitantes rurais sem acesso à energia. O mapa da exclusão sem energia, mencionado pela autora, coincide com o menor índice de IDH. Territorialmente a maioria dessa população localiza-se no Nordeste e na Amazônia e nessas regiões, Pará e Bahia tem a maior concentração de lares sem energia quando, ironicamente, sediam grandes hidrelétricas deste país. Torna-se paradoxal um país com riquezas das mais diversas fontes energéticas e no entanto não as dispendo equitativamente à sua população. A pobreza energética e a injustiça energética se fazem presentes em regiões que estão longe das produções de energia e também muito próximas. Constitui-se numa face do Brasil que deixa à mercê fatias consideráveis de sua população.

Na Amazônia, por exemplo, milhares de povoados e comunidades indígenas, ribeirinhas e tradicionais, especialmente em regiões remotas, não têm acesso à energia, nem são atendidas pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). A exclusão energética gera e acentua os processos de desigualdade internamente nas comunidades, à medida em que alguns podem pagar e outros não pelos serviços. A pobreza energética é reiteradamente alimentada no país.

As diversas fontes de energia são abundantemente abordadas, explicando em minúcia no que consistem, para a familiaridade do leitor. O capítulo final, remetendo ao título do livro, discorre sobre energia renovável enquanto projeto energético que respeita o meio ambiente, garantindo o acesso à população de forma justa e universal, não obrigatoriamente por meio dos mecanismos do mercado. Indispensável dizer que se trata de um projeto coletivo, não discriminatório, dialogando com outras frentes como a soberania alimentar e tecnológicas.

Trata-se de um livro para o público em geral, mas em especial àquelas e aqueles comprometidos com as causas ambientais e sociais, lutando para uma sociedade mais horizontal, democrática e com projetos emancipatórios. Oxalá tenhamos bibliotecas com volumes desse formato.

Notas

1 Para aprofundar estudo, consultar link 2 <https://rosalux.org.br/livro/energia-en-america-latina-del-negocio-a-lo-comun/>.

2 Embora aponte o gigantismo da CPFL, no entanto, faltou mencionar a empresa desde 2017 faz parte da State Grid Corporation of China (SGCC), que se considera a maior empresa hidrelétrica do mundo.